

Assim a economia ^{Brasil} não pode crescer

No ponderado discurso que fez na sexta-feira passada aos presidentes de 19 partidos políticos reunidos pelo presidente Itamar Franco no Palácio da Alvorada, o ministro do Planejamento e interino da Economia, Paulo Haddad, apontou um dos gargalos que impedem a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e que continuará existindo no curto e médio prazos, mesmo que o governo consiga, em pequeno espaço de tempo, domesticar a inflação.

“Há uma escassez de infra-estrutura econômica, de energia e transportes, de telecomunicações, de ferrovias e de portos. Se o Brasil crescesse a uma taxa de 7% a 8% ao ano, nós iríamos ter pontos de estrangulamento da infra-estrutura que iriam inviabilizar esse desenvolvimento.”

Mesmo com a recessão, com a atividade econômica em fogo baixo, muitos desses estrangulamentos já estão ocorrendo, aumentando os custos de produção das empresas e contribuindo diretamente para aquecer a inflação. É o que se dá, por exemplo, com os alimentos. Segundo estudos de uma comissão formada por representantes dos ministérios da Agricultura e Abastecimento e dos Transportes, a ineficiência da estrutura brasileira de armazenamento e de transportes (que inclui o sistema portuário) poderá provocar, este ano, o apodrecimento de 17 milhões de toneladas de grãos — cerca de 25% da safra brasileira de 92/93 que começará a ser colhida dentro de 30 dias.

Este é o problema de um país no qual o Estado ficou sempre — por vício, pelo espírito estatizante dominante no cenário político nacional — como único responsável pela construção, expansão, modernização e conservação de toda a infra-estrutura econômica. Enquanto os recursos internos e externos financiaram investimentos nessas áreas e a sociedade teve fôlego para cobrir as despesas estatais, os problemas não apareceram. Agora que o Estado brasileiro está literalmente quebrado, não tem como investir nem acha quem esteja disposto a financiá-lo, o risco é o colapso

total da economia. Na área de energia elétrica, por exemplo, já há até um prazo fatal para o caos começar a se instalar: quando a economia voltar a crescer, em três anos, se investimentos em torno de US\$ 5 bilhões anuais não forem realizados a partir de hoje, a região Centro-Sul do País começará a sofrer racionamento de energia.

Nos países onde a malha viária, os portos, o armazenamento de alimentos, a produção de energia elétrica, o sistema de telecomunicações e outros serviços ficaram nas mãos da iniciativa privada, exclusivamente ou em parceria com o governo, não há esse tipo de impedimento ao crescimento econômico. O Brasil vive realmente uma situação paradoxal: precisa crescer a todo vapor para suprimir o mais rapidamente possível a terrível miséria que consome 40 milhões de brasileiros, mas não pode crescer muito porque suas estradas, seus portos, seus armazéns, seus telefones, seus serviços de energia elétrica, de responsabilidade do governo, não dão conta.

A única solução para tentar vencer os estrangulamentos denunciados pelo ministro Haddad é seguir o exemplo consagrado em todos os países do mundo e transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de ampliação da infra-estrutura econômica brasileira e a conservação e ampliação do que já existe. O Estado poderá, então, concentrar sua ação e os recursos existentes nas áreas de educação, saúde, segurança, suas funções básicas e prioritárias. Foi isso que faltou o ministro Haddad dizer na sexta-feira, como complemento natural de seu correto diagnóstico. Infelizmente, a maioria dos políticos brasileiros ainda não compreendeu que continuar insistindo em manter o Estado como “dono” da infra-estrutura econômica é continuar condenando o Brasil ao subdesenvolvimento. E é o que eles estão fazendo há muito tempo, como se vê, no momento, pela resistência em aprovar a nova lei dos portos e a demora em discutir e votar a lei de concessão da exploração de serviços públicos à iniciativa privada.